

# Relatório Demonstração Contábil RECIFIN

**2018**  
**ABRIL**

**RECI  
PREV**

**SAÚDE  
RECIFE**

**Autarquia Municipal de Previdência e Assistência  
à Saúde dos Servidores**

**[www.reciprev.recife.pe.gov.br](http://www.reciprev.recife.pe.gov.br)**

# Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores

## RELATÓRIO DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL

# ABRIL 2018

### Diretoria - Executiva

#### Diretor-Presidente

Manoel Carneiro Soares Cardoso

#### Vice Diretor-Presidente

Francisco Canindé Antunes Furtado Jr

#### Gerente Administrativo e Financeiro

Elcio Ricardo Leite Guimarães

#### Gerente Jurídico

Mariana Trigueiro de Freitas

#### Gerente de Previdência

Anna Paula Almeida Nunes e Silva

#### Gerente de Investimentos

José Marcos Alves de Barros

#### Gerente do Saúde Recife

Ana Maria Bezerra Cavalcanti Marques

### Equipe Técnica

#### Chefe da Divisão de Contabilidade

Márcia de Sá Carvalho Machado

#### Assistente

Áureo Ricardo

#### Colaboradores

Camila Paz

Maria Celeste

Letícia Ferraz

### Controle Interno

#### Gestora da Unidade de Controle Interno

Juliana Cottard Giestosa

#### Chefe do Setor de Apoio ao Controle Interno

Gustavo Lins Dourado

## 1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

---

A ciência contábil no Brasil vem passando por significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais.

O processo de evolução da contabilidade do setor público deve ser analisado de forma histórica e contextualizada com o próprio processo de evolução das finanças públicas.

Nesse sentido, o primeiro marco histórico foi a criação da Lei nº 4.320/1964, que estabeleceu importantes regras para propiciar o controle das finanças públicas, bem como a construção de uma

administração financeira e contábil sólidas no País, tendo como principal instrumento o orçamento público.

Deste modo, o orçamento público ganhou significativa importância no Brasil. Como consequência, as normas relativas a registros e demonstrações contábeis, vigentes até hoje, acabaram por dar enfoque sobretudo aos conceitos orçamentários, em detrimento da evidenciação dos aspectos patrimoniais.

## 2. DEMONSTRAÇÕES

---

### 2.1 COMPOSIÇÃO DO ATIVO

O Ativo faz parte das Contas Patrimoniais e compreende o conjunto de bens e direitos da organização, possuindo valores econômicos e podendo ser convertido em dinheiro, proporcionando assim ganhos para a empresa.

Para que algo possa ser considerado um ativo, é necessário que ele cumpra quatro requisitos:

- Constituir bem ou direito para a empresa;
- Ser de propriedade, posse ou controle da sociedade;
- Ser mensurável monetariamente;
- Trazer benefícios ou expectativa de benefícios para a empresa.

O dinheiro é o ativo por excelência, pois é o meio de troca da economia e sua liquidez é plena.

O Ativo se divide em duas partes:

- **Ativo circulante:** estão todos os bens da companhia que são facilmente convertidos em dinheiro, como contas a receber, aplicações, estoque, entre outros.
- **Ativo não circulante:** são os bens que têm permanência duradoura, isto é, que não são facilmente convertidos em dinheiro, como imóveis, investimentos, entre outros.

RECIFIN	Composição Ativo Real – Abril 2018
<b>Ativo Circulante</b>	<b>R\$ 15.543.492,30</b>
<b>DISPONÍVEL</b>	
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 15.887.126,99
Demais créditos e valores a Curto Prazo	R\$ 127.000,80
Investimentos e Aplicação Temporárias a Curto Prazo	<b>-R\$ 470.635,49</b>
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>R\$ 0,00</b>
<b>Outros Créditos</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 15.543.492,30</b>

## 2.2 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

O passivo são as obrigações da organização, entidade ou empresa para com terceiros, por sua natureza e por sua expressão monetária. Ele também faz parte das Contas Patrimoniais. É a parte negativa do patrimônio e identifica a origem dos recursos aplicados. As contas representam os recursos de terceiros que foram usadas e são classificadas segundo a ordem decrescente de exigibilidade, elas são classificadas de acordo com seu vencimento, através do curto e longo prazo. Igualmente ao ativo, o Passivo também se divide em duas partes:

- **Passivo circulante:** classificam-se as contas que representam obrigações da empresa para com terceiros no curso do exercício seguinte como por exemplo, salários a pagar, fornecedores e imposto a pagar.
- **Passivo não circulante:** Já os não circulantes são obrigações da entidade que devem ser quitadas cujos vencimentos ocorrerão após o final do exercício seguinte ao encerramento do balanço patrimonial. A exemplo do financiamento e empréstimos de instituições financeiras.

RECIFIN	Composição Ativo Real – Abril 2018
<b>Passivo Circulante</b>	<b>R\$ 21.093.161,26</b>
Consignações	R\$ 2.089.807,48
Depósitos judiciais	R\$ 154.292,40
Depósitos não judiciais	R\$ 1.937.021,62
Consignações Bancárias	R\$ 9.980.829,07
Consignações de associações	R\$ 746.502,58
Consignações Seguros Prev. Privada	R\$ 62.724,05
Consignações Sindicatos	R\$ 424.175,67
Consignações em favor dos planos de saúde	R\$ 808.590,12
Outros Valores Restituíveis	R\$ 91.930,24
Peculio União	R\$ 109.369,29
Outras Obrigações curto prazo	R\$ 4.331.321,56
Obrigações Trabalhistas	R\$ 356.597,18
<b>Passivo Não-Circulante</b>	<b>R\$ 4.461.903,89</b>
Provisões Matemáticas	R\$ 4.461.903,89
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 25.555.065,15</b>

**Manoel Carneiro Soares Cardoso**  
Diretor-Presidente da AMPASS

**Francisco Canindé Antunes Furtado Júnior**  
Vice Diretor-Presidente da AMPASS

**Élcio Ricardo Leite Guimarães**  
Gerente Administrativo e Financeiro da AMPASS

**Márcia de Sá Carvalho Machado**  
Chefe de Divisão de Contabilidade da AMPASS